

## **Dos papéis institucionais aos problemas reais**

Hoje deparei com um post de uma amiga no facebook queixando-se de como os profissionais da imprensa sofrem com opiniões de pessoas que acreditam que tudo que a mídia faz é “distorcer os fatos”. Ela, jornalista de carreira, tem toda razão ao expressar sua indignação, a indignação do profissional sério que vê seu trabalho reduzido a nada, ou a algo pior do que nada, por pseudo-especialistas. Os integrantes das carreiras policiais também vivenciam situações como essa de modo corriqueiro. Essa situação tende a colocar em posições diametralmente opostas o leigo e o técnico, não apenas no que diz respeito a suas opiniões, mas igualmente no que tange a suas perspectivas em relação aos fatos concretos.

O direito de expressão, por vezes, é encarado como uma via de mão única quando, na realidade, ele cobra como contrapartida a responsabilidade de cada um de nós acerca de como nos expressar. É uma relação necessária ao nosso estado de direito, uma garantia constitucional, que envolve diretamente a imprensa, enquanto responsável pela disseminação das informações, e a polícia, quando o direito de expressão ameaça a ordem e a incolumidade públicas. Essas instituições, assim como seus representantes, têm rosto, nome, um papel definido e responsabilidade por seus atos. O crítico imprudente, por sua vez, é um franco-atirador: inconsequente, anônimo, irresponsável e, devido à velocidade dos meios de comunicação e ao poder de influência dos posicionamentos radicais, cada vez mais perigoso.

Ironicamente, cheguei a sugerir que um país sem polícia e sem imprensa fosse a solução. Não é. A imprensa tem um papel não apenas informativo, mas também educacional. A polícia, e sobretudo, uma polícia comunitária, é a face mais bem definida de um estado democrático legal e organizado. A antítese de tudo isso é a ignorância, a desinformação e o desgoverno.

Obviamente existe o profissional de imprensa militante, que deliberadamente distorce os fatos, e usa indevidamente o poder que tem em mãos, assim como policiais que abusam do poder que lhes é atribuído. São desvios, que, como tais, devem ser combatidos, mas que não podem colocar em questão o papel fundamental desempenhado pelas instituições.

As contradições do mundo contemporâneo, e da América Latina em particular, impõem novos desafios não apenas às instituições, mas às sociedades como um todo, inclusive quanto a quem devemos ou não atribuir nossa confiança. Existe um ditado alsaciano que reza ser melhor contar com um filho de pescador de nove anos de idade do que com um médico de 60, se o seu objetivo é atravessar o rio Reno. O que temos visto ultimamente no Brasil é uma procura pelos médicos para atravessar o rio e aos filhos de pescador para tratar doenças. Ambas não fazem bem à saúde. Ambas colocam nossa vida em perigo, quando confiamos em quem não é digno de nossa confiança, e desconfiamos de quem a merece.

Jacinto Del Vecchio Junior é Capitão da Polícia Militar, doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorando pela Université de Lorraine. E-mail: [delvecchio@usp.br](mailto:delvecchio@usp.br)

Publicado no Jornal de Jundiaí em julho de 2013.